



INFORMATIVO GIAC 240, de 8 de novembro de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o Giac tem a informar o que se segue:

Migrantes e refugiados que chegam a Manaus com suspeita de doenças infectocontagiosas devem receber tratamento e isolamento adequados, determinou Justiça Federal da 1ª Região

Após ação do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU), a Justiça Federal determinou à União, ao Estado do Amazonas e ao Município de Manaus que assegurem, de forma coordenada e no prazo de 60 dias, área de isolamento adequada para migrantes que chegam a Manaus com suspeita ou acometidos por doenças infectocontagiosas.

De acordo com a decisão liminar, a medida deverá ser adotada em relação a pessoas atendidas pela Operação Acolhida e a todas aquelas em situação de vulnerabilidade que chegam à capital por via terrestre, aérea ou aquaviária, sejam elas testadas com resultado positivo ou sintomáticas, e não tenham outros meios de permanecer isoladas. Ainda segundo a Justiça Federal, a área de isolamento deve possuir estrutura médica necessária ao acompanhamento das enfermidades, bem como recursos como alimentação, climatização e fornecimento de água e energia elétrica. Também devem ser seguidos os protocolos e padrões sanitários estabelecidos pelos órgãos competentes, como a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM). União, estado e município deverão comprovar o cumprimento da ordem judicial, estando sujeitos à multa.

A ação civil pública tramita na 1ª Vara Federal do Amazonas, sob o número 1025232-97.2021.4.01.3200.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Amazonas

Anvisa realizou reunião com Butantan sobre vacina CoronaVac para crianças

Anvisa realizou, na sexta-feira (5/11), reunião com o Instituto Butantan sobre a vacina CoronaVac. Durante o encontro, o Butantan apresentou dados sobre os estudos que estão sendo conduzidos na China para o uso da vacina em menores de 17 anos. Até o momento, o Butantan não apresentou novo pedido para inclusão de menores de 17 anos nas indicações de sua vacina. Em agosto, a agência analisou um primeiro pedido que foi negado diante da limitação dos dados.

De acordo com a equipe técnica da Anvisa, é fundamental que os estudos realizados na China indiquem claramente uma relação favorável para o uso da vacina, especialmente nas crianças situadas na faixa de 3 a 12 anos de idade. A equipe também reforçou a necessidade de apresentação dos resultados completos de imunogenicidade e duração da proteção da vacina CoronaVac para que possam ser avaliadas novas indicações de faixa etária. A entrega dos resultados está prevista no termo de autorização de uso emergencial concedido pela Anvisa em 17 de janeiro deste ano.

Uma nova reunião entre a Agência e o Instituto Butantan deverá ser realizada nesta semana para dar seguimento à discussão sobre os dados e requisitos técnicos.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CNJ: imunização completa de pessoas presas sobe 31,4% na quinzena

Os números referentes à segunda dose ou à dose única de vacinação contra Covid-19 de pessoas em privação de liberdade no Brasil registraram aumento de 31,4% na última quinzena, segundo novo boletim de acompanhamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgado semana passada. No período anterior, o aumento registrado foi de 8,5%. De acordo com informações prestadas ao CNJ pelas autoridades locais, 43,4% da população prisional está com o esquema vacinal completo e 66,7% receberam a primeira dose.

Entre servidores e servidoras do sistema prisional, 59,5% receberam ao menos uma dose da vacina e 45% a segunda ou dose única. Ainda que o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 do governo federal estabeleça pessoas privadas de liberdade e os servidores desses estabelecimentos como grupos prioritários, o índice segue abaixo do observado da população em geral, em que 74,9% já receberam ao menos uma dose e 55,2% estão com o ciclo vacinal completo.

O levantamento é realizado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, a partir de dados disponibilizados pelas autoridades locais. O acompanhamento conta com o auxílio do programa Fazendo Justiça – parceria do CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a superação de desafios estruturais nos sistemas de privação de liberdade.

Socioeducativo – O levantamento aponta, ainda, aumento expressivo na vacinação entre os adolescentes no Sistema Socioeducativo: 14,1% para primeira dose e 30,5% para segunda ou dose única. Ao todo, 39,3% dos adolescentes foram vacinados com a primeira dose e 6,1% estão com o esquema vacinal completo. Entre servidores e servidoras, quase todos receberam a primeira dose (97,7%) e 78,8% já estão com a imunização completa.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que propõe a publicação na internet das listas de beneficiários de auxílios emergenciais

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei segundo o qual o Poder Executivo publicará na internet a lista de beneficiários de programas de transferência de renda de caráter emergencial, em até cinco dias úteis após o pagamento do benefício. A divulgação deverá ocorrer nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados. O texto aprovado é um substitutivo ao Projeto de Lei PL 2449/20.

Originalmente, a proposta exigia que a lista de beneficiários do auxílio emergencial de R\$ 600,00 pago durante a pandemia de Covid-19 fosse publicada no Portal da Transparência do governo federal. O objetivo era garantir o princípio da publicidade, como ocorre com outros programas sociais. No entanto, a ideia é de não restringir a medida a um lapso temporal específico, mas aplicá-la sempre que políticas emergenciais forem adotadas pelo Estado brasileiro. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto de Lei do Congresso Nacional destina R\$ 19,3 milhões para a Saúde

O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 30/21, do Poder Executivo, abre crédito suplementar de R\$ 31,4 milhões no Orçamento da União, que serão repartidos entre seis ministérios. A suplementação tem como origem o cancelamento de dotações para outros programas, entre os quais R\$ 3 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A maior parte dos recursos (R\$ 19,3 milhões) vai para Saúde, sendo que R\$ 4,6 milhões vão financiar a pesquisa e o combate à pandemia da Covid-19 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e R\$ 14,7 milhões cobrirão emendas para atenção especializada e primária à Saúde. Outros R\$ 6,5 milhões se destinam a transferências especiais constitucionais para os estados do Piauí (R\$ 300 mil), de Minas Gerais (R\$ 2,2 milhões) e São Paulo (R\$ 4 milhões). O restante da suplementação será dividido conforme a seguir:

- R\$ 4 milhões para o Ministério da Cidadania, dos quais R\$ 3,6 milhões serão usados na instalação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer em Rondônia; outros R\$ 400 mil vão para o desenvolvimento de atividades e apoio a projetos e eventos de esporte, educação, lazer e inclusão social.
- R\$ 780 mil para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sendo que R\$ 530 mil vão para a inclusão escolar de crianças e adolescentes de São Paulo por meio da Saúde Visual; outros R\$ 250 mil se destinam à instalação da Casa da Mulher Brasileira e de centros de atendimento às mulheres na Paraíba.
- R\$ 350 mil para o Ministério do Desenvolvimento Regional, que serão divididos entre projetos de desenvolvimento sustentável local integrado em Sergipe, pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no Mato Grosso, pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

- R\$ 300 mil para o Ministério da Defesa, nas reformas estruturais do 17º Batalhão de Fronteira do Exército na área de saúde.
- R\$ 100 mil para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento promover o cooperativismo e associativismo para o desenvolvimento agropecuário.

A proposta deve ser analisada pela Comissão Mista de Orçamento antes de seguir para votação do Plenário do Congresso.

Fonte: Câmara dos Deputados

Fiocruz entregou 3,5 milhões de doses de vacina contra covid-19

A Fiocruz realizou, na sexta-feira (5/11), mais uma entrega da vacina Covid-19 (recombinante) ao Ministério da Saúde (MS), produzida em seu Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos). Serão liberados cerca de 3,5 milhões de vacinas para o almoxarifado designado pelo Ministério da Saúde (MS), para distribuição aos estados. Somada à entrega de 1,3 milhão de doses realizada na quarta-feira (3/11), a Fundação completa mais de 4,8 milhões de doses na semana passada e totaliza 125,8 milhões de vacinas contra o novo coronavírus disponibilizadas ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Ministério da Saúde destina R\$ 308 milhões a estados e municípios para ações de enfrentamento da pandemia

O Ministério da Saúde liberou, na quinta-feira (4), a transferência de mais de R\$ 308 milhões aos estados e municípios para o enfrentamento da pandemia. Os recursos serão destinados, entre outros serviços, à atenção primária, média e alta complexidades, serviços de urgência e emergência e atenção hospitalar. Leia aqui a [portaria](#) que autoriza o investimento.

O repasse será feito aos Fundos de Saúde dos estados e municípios. Para o cálculo da distribuição dos recursos financeiros foi considerada a quantidade total de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), dos meses de janeiro a junho de 2021. Em 25 de outubro, o Ministério da Saúde já havia contemplado 381 municípios de todas as regiões do país com outro repasse de R\$ 25,8 milhões para custeio de ações e serviços de saúde. Em 2021, até o momento, a pasta já destinou mais de R\$ 5,7 bilhões para o combate à pandemia em todo Brasil.

4,1 milhões de vacinas Covid-19 da Pfizer chegaram ao Brasil nesta segunda-feira (8/11)

Chegaram ao Brasil, na madrugada desta segunda-feira (8/11), dois novos lotes de vacinas Covid-19 da Pfizer/BioNTech. Os carregamentos com 1,3 milhão e 2,8 milhões de doses desembarcaram nos

aeroportos de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo. Os lotes fazem parte das 34,4 milhões de vacinas previstas para serem entregues pela farmacêutica até o fim do mês de novembro. As doses devem ser distribuídas aos estados e Distrito Federal nos próximos dias.

Desde janeiro, a Pfizer entregou ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) quase 130 milhões de imunizantes. As novas vacinas com tecnologia RNA mensageiro vêm para ampliar ainda mais a Campanha de Vacinação contra a Covid-19 que nesta fase direciona doses para adolescentes entre 12 e 17 anos, e reforça a imunidade de pessoas acima de 60 anos, profissionais de saúde e imunossuprimidos. A recomendação do Ministério da Saúde é que, preferencialmente, a Pfizer seja administrada nesses públicos.

“Hoje já temos quase 70% da população adulta vacinada com as duas doses, já avançamos nos adolescentes e, ainda mais, estamos aplicando uma dose de reforço com a vacina da Pfizer nos idosos acima de 60 anos e em todos os profissionais de saúde. E para 2022, teremos mais 100 milhões da Pfizer para fazer uma Campanha ainda mais forte”, disse o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Panorama da vacinação contra a Covid-19 no Brasil

- 344.188.580 milhões de doses distribuídas às Unidades da Federação
- 124.157.828 milhões de doses aplicadas
- 157.615.277 milhões de indivíduos foram imunizados com a primeira dose
- 124.157.828 milhões de indivíduos integralizaram o esquema vacinal

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados do Ministério da Saúde, atualizados em 7 de novembro de 2021, informam que o Brasil registra 21.880.439 milhões de casos de infecção pelo novo coronavírus e 609.447 mil óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Polícia Federal deflagrou operação para investigar fraudes em procedimentos licitatórios na cidade de Plácido de Castro/AC

A Polícia Federal deflagrou, na sexta-feira (5/11), a Operação CONTÁGIO II, que investiga irregularidades em licitações ocorridas no primeiro semestre do ano de 2020, no município de Plácido de Castro/AC. Um dos contratos investigados – no valor de mais de meio milhão de reais – visava à compra de equipamentos de proteção individual (EPI's) para profissionais da saúde que atuavam no combate à pandemia da COVID-19. A investigação identificou na prefeitura, à época dos fatos, uma espécie de gabinete de compras paralelo ao da secretaria de compras e licitações, sendo que seus integrantes sequer pertenciam aos quadros do município. Foi apurado também, que os objetos adquiridos no procedimento não foram armazenados no depósito da Secretaria de Saúde do município, o que impediu qualquer tipo de controle sobre a quantidade e qualidade dos produtos.

Chamou a atenção dos investigadores, o fato de que na sede da empresa vencedora foram encontradas notas fiscais que demonstram grande diferença entre o valor de aquisição dos produtos e os preços fornecidos à prefeitura. Alguns objetos chegaram a ser vendidos pelo dobro do valor. Foi identificada a atuação de um vereador do município de Rio Branco/AC nos fatos investigados. A operação cumpre mandado de busca e apreensão no gabinete do referido parlamentar.

Fonte: Polícia Federal

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[PORTARIA GM/MS Nº 2.999, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021](#) – Estabelece a transferência de recursos financeiros aos Estados e Municípios para o enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo Coronavírus.

Fonte: Imprensa Nacional

O Giac permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informações atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac)

Ministério Público do Trabalho

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil

Agência Nacional de Energia Elétrica

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Agência Nacional de Saúde Suplementar

Agência Nacional de Telecomunicações

Agência Nacional de Transportes Terrestres

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

[Casa Civil da Presidência da República](#)
[Conselho Administrativo de Defesa Econômica](#)
[Conselho Nacional de Secretarias Municipais](#)
[Conselho Nacional de Secretários de Saúde](#)
[Conselho Nacional de Saúde](#)
[Controladoria-Geral da União](#)
[Fundo Nacional de Saúde \(Painel de Repasses Covid-19\)](#)
[Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada](#)
[Instituto Nacional de Propriedade Industrial \(Observatório de Tecnologias Relacionadas à Covid19\)](#)
[Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia](#)
[Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento](#)
[Ministério da Cidadania](#)
[Ministério da Defesa \(Operação Covid-19\)](#)
[Ministério da Economia](#)
[Ministério da Educação](#)
[Ministério da Justiça \(Relatório Situacional Covid-19\)](#)
[Ministério de Minas e Energia \(Boletim de Monitoramento Covid-19\)](#)
[Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos](#)
[Ministério das Relações Exteriores](#)
[Ministério da Saúde](#)
[Ministério da Saúde \(Documentos sobre o PNO\)](#)
[Ministério da Saúde \(Localiza SUS\)](#)
[Ministério da Saúde \(Saúde Indígena\)](#)
[Ministério do Turismo](#)
[Presidência da República \(Atos normativos sobre a covid-19\)](#)

Poder Judiciário

[Conselho Nacional de Justiça](#)
[Superior Tribunal de Justiça](#)
[Supremo Tribunal Federal](#)

Poder Legislativo

[Câmara dos Deputados](#)
[Senado Federal](#)

Demais instituições

[Associação Médica Brasileira](#)
[Confederação Nacional de Municípios](#)
[Conselho Federal de Farmácia](#)
[Conselho Federal de Medicina](#)
[Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados \(Repositório de decisões, legislação, manifestações da Anvisa, pareceres do Natjud e estatísticas referentes à covid-19\)](#)

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Butantan

Organização Mundial de Saúde

Organização Pan-Americana da Saúde

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Tribunal de Contas da União